

---

# Perspectivas metodológicas para a representação da informação do documento de arquivo

*Methodological Perspectives for the Representation of the archive Document Information*

---

**Gilberto Gomes Cândido (1), João Batista Ernesto de Moraes (2)**

(1) Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Av. Higino Muzzi Filho, 737, Marília, São Paulo, Brasil, CEP: 17525-900, ggcandido@marilia.unesp.br)

(2) jota@marilia.unesp.br

## Resumo

O objeto deste estudo é o documento de arquivo em sua fase permanente, que é submetido à Descrição de seu conteúdo para elaboração do ponto de acesso, para proporcionar a recuperação da informação. Observa-se, deste modo, um déficit existente de *procedimentos metodológicos para a representação da informação do documento arquivístico que vão além de normas e convenções*. As hipóteses que aqui são levantadas têm como função buscar solucionar o seguinte problema: *Quais são as metodologias existentes que poderiam vir a contribuir para a representação da informação do documento arquivístico por meio dos pontos de acesso? Tendo como objetivo demonstrar que a Diplomática Contemporânea, a Análise Documental e o Percurso Gerativo de Sentido, como procedimentos metodológicos, podem auxiliar na representação da informação do documento de arquivo*. Posto isto, pode-se apontar que a Diplomática Contemporânea permite extrair elementos intrínsecos e extrínsecos ao texto do documento de arquivo; contudo, sua aplicação dá-se em conjunto com a Análise Documental, o que permite que se faça a leitura do documento de arquivo de forma dinâmica. Portanto, a Diplomática Contemporânea passa a ser um roteiro de análise utilizado pela Análise Documental como modelo de leitura documental. Por sua vez, o Percurso Gerativo de Sentido proporciona compreensão do conteúdo textual do documento de arquivo permitindo identificar a espécie documental. Observa-se assim que, tais metodologias podem ser utilizadas para a representação da informação do documento de arquivo.

**Palavras-chave:** Análise Documental. Percurso Gerativo de Sentido. Diplomática. Pontos de acesso. Descrição.

## 1. Introdução

A Ciência da Informação (CI), como área transdisciplinar, é voltada para a observação de fenômenos da produção, organização e uso da informação, de modo a proporcionar a elaboração de instrumentos e estabelecer metodologias

## Abstract

The object of this study is the archival document in its permanent phase whose content is described for determining its access points to facilitate information retrieval. It is observed, therefore, a lack of methodological procedures for the representation of the information in archival documents that go beyond the standards and conventions. The hypotheses here address the following problem: What are the existing methodologies that could potentially contribute to the representation of the information in archival documents through access points? Aiming to demonstrate that the Contemporary Diplomatics, the Document Analysis, and Generative Meaning Course, as methodological procedures, may assist in the representation of the information in archival documents. Provided this, we can point out that the Contemporary Diplomatic allows to extract intrinsic and extrinsic elements of the archival document; however, its application takes place in conjunction with Document Analysis, which allows to dynamically analyze the archival document. Therefore, Contemporary Diplomatics becomes a guideline for Document Analysis as a model for document reading. On the other hand, the Generative Meaning Course provides understanding of the textual content of the archival document, allowing to identify the document type. This way It is observed that such methods can be used for representing the information of the archival document

**Keywords:** Document Analysis. Generative Trajectory of Meaning. Diplomatics. Access points. Description.

para a disseminação, o acesso e o uso da informação, levando-a a grupos sociais diversificados, exercendo, assim, o seu cunho social.

Desta forma, alguns autores da CI, tais, como Borko (1968); Brookes (1980); Foskett (1973); Le Coadic (1996) e Saracevic (1996) discutem

sobre essas inter-relações que a CI possibilita fazer com outras áreas do conhecimento, firmando assim, a sua transdisciplinaridade ao emprestar métodos de outros Campos de Atuação Profissional (CAP).

Sendo assim, essa pesquisa é calcada na transdisciplinaridade, ao apresentar métodos originados outros CAPs, com propósito de proporcionar discussões teóricas sobre a representação da informação do Documento de Arquivo, tendo como base as seguintes metodologias: Diplomática Contemporânea, Análise Documental e Percurso Gerativo de Sentido.

À vista disso, o objeto desta pesquisa é o documento de arquivo em sua fase permanente, cujo valor primário é o probatório; entretanto, nesta fase também lhe é atribuída outra acepção, o valor histórico, que permite fazer a reconstrução do passado com a finalidade de auxiliar no futuro.

Nesta fase, o documento de arquivo passa pela Descrição de seu conteúdo, de forma a assegurar o acesso e a recuperação da informação. Ainda nesta fase, faz-se uso de normas, tais como: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD (G)) e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF)), bem como, o uso de normas nacionais. Tais normas recomendam a padronização da Descrição, a partir de pontos em comum em seus níveis de Descrição.

As normas de Descrição de documento de arquivo são bem mais usuais em arquivos permanentes, embora essas ressaltem que a Descrição do documento de arquivo pode ser aplicada em quaisquer fases documentais. Os instrumentos de pesquisa, da mesma maneira como a Descrição, de maneira geral são elaborados na fase permanente. Contudo, evidencia-se que as normas não apresentam entradas ou saídas de dados, bem como os instrumentos de pesquisas estão a cargo de cada instituição custodiadora por sua elaboração.

Observa-se, deste modo, um déficit existente de *procedimentos metodológicos para a representação da informação do documento arquivístico por meio dos pontos de acesso que vão além de normas e convenções*. Sendo assim, os métodos, até então apresentados, estão intrinsecamente ligados às normas, e não oferecem outros meios para a representação da informação do documento arquivístico.

As proposições aqui levantadas têm como função buscar resolver o seguinte problema: *Quais são as metodologias existentes que poderiam*

*vir a contribuir para a representação da informação do documento arquivístico, no que tange os pontos de acesso?* Assim sendo, se tem como objetivo demonstrar que a *Diplomática Contemporânea, a Análise Documental e o Percurso Gerativo de Sentido, como procedimentos metodológicos, podem auxiliar na representação da informação do documento de arquivo*, visto que, essas podem apresentar interlocução entre si, por meio de seu objeto de estudo que é o texto.

## **2. Os Instrumentos de Representação do Documento de Arquivo: e a Descrição de pontos de acesso.**

As normas de Descrição arquivística, tanto a ISAD (G) quanto a ISAAR (CPF) possuem elementos comuns no que tange à Descrição do Documento de Arquivo, sendo que a intenção daquelas é promover o intercâmbio da informação entre as instituições, ressaltando, ainda, que alguns elementos são obrigatórios na Descrição do documento de arquivo.

No entanto, vale realçar que, somente a ISAAR (CPF) usufrui do nível de Descrição para a elaboração de *pontos de acesso*; ambas advertem, além disso, que alguns níveis definidos na norma são obrigatórios para elaboração de instrumentos de pesquisa, embora haja outros, que segundo elas, são opcionais.

Todavia, ressalta-se que, antes das normalizações da Descrição, ou seja, da elaboração de normas internacionais, a Descrição do documento de arquivo tinha respaldo em três elementos básicos, expostos pelo manual dos holandeses (1973), e recuperados por Bonal Zazo (2002, p.155) como:

- a atividade (a resenha de caracteres/elementos internos e externos dos documentos);
- o resultado da atividade (instrumentos de Descrição);
- o objetivo da Descrição (fornecer acesso ao conteúdo dos documentos).

Esses argumentos penduraram até a elaboração de normas de Descrição internacionais e nacionais, as quais trazem um sentido a mais ao conceituar a Descrição no campo da Arquivologia.

Com a elaboração da norma *Règles pour la description des documents d'archives* (RDA/RDA) a primeira norma de Descrição é introduzida a utilização do contexto (produtor) neste procedimento, que é a descrição do documento de arquivo.

Atenta-se, assim, que o termo Descrição agora passa a conter acoplados quatro sentidos no

âmbito da arquivologia que foram identificados, estabelecendo assim, o conceito de Descrição, sendo eles: contexto, atividade, resultado e objetivo.

-Atividade: processo de análise dos caracteres/elementos internos e externos ao documento de arquivo.

-Contexto: onde foi elaborado, quem é o produtor do documento de arquivo.

-Resultado: instrumento de pesquisa que foi elaborado com base no processo de análise realizado, sendo esses produtos: guias, inventários, catálogos.

-Objetivo: promover o acesso ao documento de arquivo, tanto para o usuário quanto para o arquivista.

Sendo assim, tendo-se como fundamento a RDDA/RAD, foi elaborada a Norma geral internacional de Descrição arquivística (ISAD (G)) com o objetivo de auxiliar os arquivistas.

Porém, no momento em que a ISAD (G) se encontrava em elaboração, percebeu-se que não se podia levar em conta tão somente a Descrição do documento de arquivo, mas também quem o produziu.

Como resposta a esta indagação, é elaborada a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias ISAAR (CPF), para controlar a elaboração destes *pontos de acesso* relativos ao registro de autoridade; contudo a própria ISAAR (CPF) elucida que os pontos de acesso não estão condicionados apenas ao registro de autoridade.

Sendo assim, entende-se que os pontos de acesso não estão mais somente vinculados e restritos ao registro de autoridade, mas a todos os caracteres/elementos que contribuem para recuperação e localização da informação, por meio da Descrição do documento de arquivo.

Desta forma, pode-se ressaltar que o termo ponto de acesso surge por meio da automação, vindo a substituir os termos que eram até então utilizados, ao se descrever os principais aspectos do documento de arquivo que eram até então denominados de: entrada principal e secundária de título.

Entretanto, tais termos – entrada principal e secundária de título, jamais foram utilizados no âmbito da Arquivologia, como Stibbe (1992, p.110 tradução nossa) enfatiza que, nem na primeira e muito menos na segunda edição do *Dicionário de Terminologia Arquivística* elaborado pelo ICA continham tais termos, ou sequer no Livro *Glossário Básico para Arquivistas*, Cu-

*radores de Manuscritos e Gestores de Registros*, elaborado pelos autores Frank B. Evans et al. e publicado na *Journal American Archivist (Revista do Arquivista Americano)* em julho de 1974.

O não aparecimento destes termos nos léxicos arquivísticos ocorre em um primeiro momento, segundo Stibbe (1992), porque esses estão relacionados com os *padrões de Descrição, como regras ou códigos de catalogação*. Esses padrões se encontravam ainda em discussões no âmbito Arquivístico.

Todavia, na Biblioteconomia os *padrões de Descrição* se apresentam bem mais desenvolvidos e discutidos. Durante a década de 1960, ocorrem as primeiras divulgações de normas que vinham a auxiliar na Descrição de modo a proporcionar o acesso, tais como: a Norma *Anglo American Cataloguing Rules – AACR* (Código de Catalogação Anglo-Americano) e a norma *Machine-Readable Cataloging - MARC* (Catalogação Legível por Máquina). Com automação crescente, os termos que eram referenciados como *entrada título* passou a ser denominado de *pontos de acesso*, sendo esse termo oriundo da Ciência da Computação, que foi vinculado ao AACR em um primeiro momento como sinônimo de *entrada principal*, mas que, com o passar do tempo, assumiu características próprias, como elementos necessários para a identificação do registro bibliográfico.

No domínio arquivístico, não ocorreu de forma diferente a busca pela normalização da Descrição, também sendo propulsionada pela automação. Entretanto, isso só ocorreu entre as décadas de 1980 e 1990 por meio da Norma dos arquivistas canadenses, nomeada como *Règles pour la description des documents d'archives*. Essa norma trouxe consigo o conceito de *entrada principal* e os mesmos problemas de sinônimos também ocorreram sobre o termo *ponto de acesso*, como visto no AACR e MARC, no entanto, adaptados para a Descrição Arquivística.

Na Arquivologia, os respectivos termos se apresentavam da seguinte forma, o termo *título* foi substituído pelo termo *acesso*, ficando:

*Acesso Principal*: nome pelo qual um fundo e todas as suas partes podem ser pesquisadas e identificadas (Ponto de acesso primário). *Acesso Secundário*: nome, palavra ou frase em adição à categoria principal de acesso, em que Descrição Arquivística pode ser pesquisada e identificada (Ponto de acesso secundário) (BU-REAU CANADIEN DES ARCHIVISTES 2008, s/n, tradução nossa)".

O termo *ponto de acesso* na arquivologia só assume um significado mais coeso com as Normas de Descrição Internacionais que são a ISAD (G) e ISAAR (CPF), que reconhecem como ponto de acesso, quaisquer elementos de informação que proporcionam a identificação e a localização da informação.

Compreende-se, assim, que a representação da informação e os instrumentos de pesquisa, no âmbito do arquivo, se realizam por meio da Descrição do documento de arquivo, que segundo as normas ISAD (G) e ISAAR (CPF), apresenta níveis que devem ser seguidos para a elaboração da Descrição do documento de arquivo, sendo alguns deles elementos obrigatórios.

Todavia, apenas a ISAAR (CPF), apresenta nível que proporciona a elaboração e o tratamento de *pontos de acesso*, ao demonstrar que esses podem se basear no uso de qualificadores quando são julgados essenciais, ou não, para recuperação.

A Descrição dos documentos de arquivo se reflete na elaboração dos instrumentos de pesquisa que buscam proporcionar o acesso e a difusão da informação, apresentando caracteres/elementos que são intrínsecos ao conteúdo do documento descrito, permitindo a elaboração de *pontos de acesso* que são apresentados pelos os instrumentos, sejam eles: guia, inventário ou catálogo, etc.

Esses instrumentos de pesquisas são complementados pelos *pontos de acesso* que, podem ser entendido como “Um nome, termo, frase ou código usado como um título em um catálogo, especialmente para agrupar informações relacionadas a este título” (Frank B. Evans, p.50, 1974, tradução nossa).

Sendo assim, os instrumentos de pesquisa são elaborados por meio da Descrição do documento de arquivo e são contemplados com os *pontos de acesso*, pois permitem identificar o fundo, localizar, recuperar e controlar o documento de arquivo, cada um dentro de sua peculiaridade ao servir como instrumento de pesquisa.

Deixa em evidencia também, que segundo a definição apresenta da pelo ISAAR (CPF) os *pontos de acesso* não estão restritos apenas ao controle do registro de autoridade, mas a todos os caracteres/elementos que contribuam para o acesso e recuperação da informação.

Na elaboração dos *pontos de acesso*, não se deve repetir termos e eles devem ser controlados, com intuito de aumentar a eficácia e diminuir a imprecisão no momento da busca da informação.

### 3. Perspectivas Metodológicas

Desta forma, os pontos de acesso, inicialmente foram discutidos tendo como propósito o controle de autoridades, contudo, depois da publicação da ISAAR (CPF) o que era até então restrito passou a abranger outros caracteres/elementos.

Entretanto, mesmo que a Descrição esteja relacionada aos instrumentos de pesquisa, as normas não se apresentam com relação a sua elaboração, e nem com entrada ou saída de dados.

Com isso, percebe-se que a representação da informação do documento de arquivo está limitada às normas, e que estas não oferecem qualquer metodologia que possa auxiliar no trabalho do arquivista na extração de caracteres/elementos para representação da informação do documento de arquivo.

Sendo assim, dando seguimento ao levantamento bibliográfico identificou-se três metodologias que têm como objeto de estudo o texto, sendo elas: *Diplomática, Análise Documental e Percurso Gerativo de Sentido*. Estas buscam identificar alguns traços que se sobressaem no texto, porém, cada uma com a sua singularidade.

Deste modo, neste tópico são apresentadas as três metodologias identificadas, com o intuito de que na sequência se possa fazer a interlocução entre essas.

Posto isso, a Diplomática Contemporânea será abordada por meio da sua estrutura de análise, que busca a auxiliar na identificação do conteúdo do documento de arquivo bem como conhecer o seu contexto.

A segunda metodologia a ser abordada é Análise Documental, mediante as suas duas vertentes: Analítica e Sintética. Na fase analítica, ocorre a leitura técnica, que busca identificar quais são os pontos mais relevantes do texto com objetivo de extrair termos apropriado do texto analisado para representá-lo. Por sua vez, a fase sintética decompõe os termos que foram extraídos em uma linguagem documental, como o vocabulário controlado, tesouros, etc.

E a última metodologia a ser apresentada é o Percurso Gerativo de Sentido que surge dos estudos de Greimas. Seu propósito é o de direcionar o leitor sobre o entendimento geral do texto que foi analisado, e se divide em três patamares sendo eles: *fundamental, narrativo e discursivo*.

O *patamar narrativo* é a transformação entre dois estados sucessivos e diferentes que garantem uma narrativa mínima, quando se tem um

estado inicial, uma transformação e um estado final. Mas, os textos são bem mais complexos, pois emitem uma série de enunciados de estado (fazer e ser) que são denominados de sequência canônica, sendo esta por: manipulação, competência, performance e sanção.

Já no *patamar discursivo*, as formas abstratas do nível narrativo são revestidas de concretude, ou seja, o discurso que enriquece o texto por meio de temas e figuras.

Sendo assim em síntese, este serão os pontos principais percorridos nos tópicos que se seguiram.

### 3.1. Análise Documental

Análise Documental (AD) na Ciência da Informação, de acordo com alguns autores, como: Gardin et al.1981; Garcia Gutierrez, 1984; Cunha,1987; Pinto Molina, 1989; Coyaud, 1966; Chaumier,1971, 1974; Clauso Garcia, 1993; Ruiz Perez 1992; Guimarães, 2003; Pinto; Galvez,1999; Pinto; Molina 1991. A Análise Documental pode ser entendida, como sendo, um conjunto de etapas que auxiliam na identificação do conteúdo documento, e posterior síntese, tendo como finalidade sua representação por meio de um documento secundário (produtos: catálogo, vocabulário controlado etc.) considerado instrumento provedor de acesso, consulta e disseminação da informação.

Chaumier, J. (1974) entende a AD como sendo uma técnica que visa a, por meio da representação expor o conteúdo de um determinado documento, perante a um formato distinto do original, com intuito de promover posteriormente o seu acesso e consulta.

Segundo García Gutierrez (1984), a AD permite por meio de operações mentais objetivas, identificar e transformar os documentos analisados em produtos como: catálogo, vocabulário controlado etc. De modo, a promover o acesso dos documentos originais e auxiliar as comunidades científicas.

Pinto Molina (1991) compartilhando do entendimento de García Gutierrez expõe que AD se constitui mediante a um conjunto de operações, sendo elas de ordens: Intelectual, Mecânica e Repetitiva.

Ainda na concepção da referida autora, tais operações, influenciam o conteúdo (temática) e as formas (Descrição bibliográfica) dos documentos originais, uma vez que, a esses são atribuídos outra característica considerada secundária que é instrumental, visando a facilitar

ao usuário a identificação, recuperação e difusão desses.

Contudo, Pinto Molina (1991) ressalva que, esse é um processo geral de caráter analítico, que busca sintetizar o documento original, isso é, o que permite que a forma final do documento secundário, ou seja, os produtos que auxiliam no acesso e disseminação da informação.

Deste modo, a AD se vale de dois procedimentos sendo eles: fase analítica e fase sintética. A primeira ocorrer por um processo de leitura técnica que busca identificar os conceitos do texto analisado; a segunda fase, sintética, é a seleção dos conceitos, condensação documental e tradução dos conceitos.

Posto isso, a fase analítica como processo de leitura, utiliza tanto de aspectos cognitivo quando de modelos de leituras proposto por alguns autores como: Chaumier (1988); Tálamo (198); Kobashi (1994); Fujita (2003) que permite conhecer a estrutura textual das partes que compõe o texto e realçá-las, de modo que se possa chegar ao seu conteúdo (GUIMARÃES, 1994).

Observa-se assim que, para ocorrer a compreensão da estrutura textual do documento, assim como o entendimento de seus elementos mais relevantes, devem ser levadas em conta as estratégias metacognitivas de leituras e técnicas para a identificação da temática.

As estratégias são adquiridas de forma costumeira no desenvolvimento de certa atividade, de modo a permitir que essa ocorra outra vez. De acordo com Silva; Fujita (2004, p. 148) é essa atividade que possibilita a leitura documentaria e dessa forma evitar erros e incompreensões.

Assim sendo, as estratégias cognitivas e metacognitivas estão relacionadas, além disso, com os objetivos que serão refletidos no decorrer da leitura documentária, dos quais seus aspectos são abordados por Pinto Molina (1993, p. 162-163), quando enfatiza que “As estratégias são desenvolvidas durante o período de leitura e não dependem somente do leitor e do texto, mas também dos objetivos documentários”.

Ou seja, os objetivos documentários no momento da leitura são levados em conta e devem ser observados, devido que, tal processo está intrinsecamente relacionado à extração de elementos informativos de um determinado documento, com intuito de elaborarem-se instrumentos documentários.

Ainda segundo a autora, essas operações são ações mentais que operam de formas organizadas, e podem ser evidenciadas em duas categorias. Sendo a primeira “cognitiva, que compre-

ende a interpretação como comportamento automático e inconsciente; e a segunda o metacognitivo, que supõem atividades desautomatizadas, em que o leitor tem a consciência de como está lendo” (PINTO MOLINA, 1993, p. 162-163).

Para explicar tais operações mentais, utiliza-se a título de exemplo o processo de Descrição de conteúdo usual tanto do bibliotecário quanto do arquivista. A primeira tática de leitura é a cognitiva que se apresenta com sendo automática e inconsciente, podendo ser compreendida pelas ações rotineiras do cotidiano desenvolvidas por esses profissionais que os leva a agir de forma inconsciente, ou seja, automática não tendo percepção das etapas do desenvolvimento do processo de representação. A segunda tática de leitura as metacognitivas são entendidas como um processo não automático, ou seja, durante o desenvolvimento do método de representação da informação os respectivos profissionais são conscientes das etapas do processo aplicado.

Esses recursos de leituras contêm características conceituais linguísticas e cognitivas, sendo utilizados no processamento da informação por meio das abordagens do *bottom-up* e *top-down*, que são considerados como procedentes da psicologia cognitiva.

Pinto Molina (p.161,1993) nos demonstra que o *bottom-up* “é a leitura do tipo linear, indo das partes ao todo textual, que se baseia exclusivamente na estimulação visual”. Já o *top-down* é método de leitura dedutivo, “em que se caminha de forma inversa, do todo para as partes, aproveitando-se do ‘conhecimento prévio’ ou ‘esquemas’”.

Dessa forma, com base na autora entende-se que, os métodos de leitura são dinâmicos e se sucedem por meio de interpretações, sua compreensão se estabelece pelas ações de significação, de forma a se adequar a análise semântica e análise de conteúdo.

Já na fase denominada de  *sintética* se constitui por meio da *seleção de conceitos*: em que os enunciados de assunto são categorizados e ordenados de forma lógica, perante os parâmetros estruturais, funcionais e de uso; a *condensação documentária* corresponde à redução do documento por meio de síntese; e a *representação documentária*, consiste na tradução do conteúdo temático (GUIMARÃES, 1994). Esses irão ser representados por meio de Linguagem Documentária (LD).

A seleção do conceito acontece no momento em que, os enunciados são categorizados em:

principais, secundários e periféricos, e ordenados de forma lógica, em que se têm como parâmetros a estrutura, a função e os usos, (Guimarães, 2003 p.112).

Deste modo, sobre a perspectiva de Cunha (1987), após a seleção dos conceitos (termos), para evitar a ambiguidade e imprecisão, há a necessidade confrontação dos termos com vocabulários técnicos, glossários ou dicionários das áreas de conhecimento envolvidas, cuja finalidade é evitar sinonímia como exemplo: casa, moradia, lar, esses termos passam a ideia do local onde se mora, ou seja, um conceito geral que pode gerar a imprecisão na recuperação da informação, e homonímia, tais como: manga (fruta), manga (camisa), palavras que contêm a mesma grafia mais significados diferentes, isto é conceitos individuais que quando não discernidos corretamente causam imprecisão também.

O controle desses conceitos (termos) se faz necessário em razão de sua importância, devido que os conceitos selecionados e extraídos do documento, poderão ser condensados, ou seja, transformados em resumos ou até mesmo utilizados pelos Sistemas de Recuperações da Informação como pontos de acesso ao documento por meio da Linguagem Documental (LD).

Desta forma, Chaumier (1988, p.65) levanta uma indagação que o documentalista/analista deve se fazer, será que “se um usuário fizer uma pergunta sobre esse conceito, e se esse documento lhe for fornecido, será pertinente aos olhos daquele usuário? Essa questão é a chave de toda a indexação no que concerne à seletividade”.

Além disso, nesta fase também são abordadas algumas questões sobre a profundidade da análise do documento e suas vertentes, tais como: a exaustividade e a especificidade (Guimarães, 2003).

Em síntese pode se apontar que, a exaustividade está relacionada aos números de conceitos utilizados na indexação para representar a informação, e a especificidade, é a exatidão com que esses conceitos representam o conteúdo daquele respectivo documento.

Como consequência disso, ocorre a tradução dos conceitos em termos de Linguagens Documentais (LDs) que são utilizadas como produtos que proporcionam a pesquisa e o acesso a informação.

A LD é a Linguagem Natural (LN) controlada, ou seja, a LN é aquela apresentada pelo conteúdo do documento que quando controlada se trans-

forma em uma LD, podendo ser: vocabulário controlado, tesouro, ontologias, dicionários, sistemas de classificação decimal, dentre outros.

Complementando esta explanação, Lima; Bocatto (2009, p.132) demonstram que:

“as linguagens documentárias são construídas de acordo com os princípios e métodos estabelecidos pela terminologia, de modo a propiciar a compatibilidade entre as linguagens do usuário e a utilizada pelo sistema de recuperação”.

Segundo Gardin (apud Cintra et al, 2002, p.35) as LD são um conjunto de termos, utilizados para a representação dos conteúdos de documentos, que têm como propósito a classificação ou a busca da informação.

Observa-se assim que o controle terminológico ocorre por meio da LD, deste modo, além de proporcionar o acesso e recuperação da informação, esta também proporciona o controle do termo na representação da informação, assegurando que haja menos imprecisão e mais eficácia na recuperação.

Desta forma, as LDs atuam como representações documentais, que podem ser “[...] vistas como linguagens de comunicação entre a informação documentária e o usuário que dela necessita” (DODEBEI, 2002, p. 56). Essas são utilizadas também para fim de recuperação da informação, pois são:

“construídas para indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos destinados a ‘traduzir’ os conteúdos dos documentos.” (CINTRA et al, 2002, p. 33).

Compreende-se assim que, AD por meio de sua forma analítica nos permite por meio da leitura estratégica identificar os pontos principais do texto analisado, logo sua análise sintética nos permite extrair termos de uma LN para a LD tendo como propósito de condensar, representar e recuperar a informação.

### 3.2. Diplomática

A Diplomática Contemporânea surge dos estudos de Luciana Duranti, por meio de seu método de análise do documento contemporâneo com o intuito de demonstrar os caracteres/elementos intrínsecos e extrínsecos a ele, de modo a prover a identificação de seu contexto.

De acordo com Duranti (1991) os elementos extrínsecos da forma documental são aqueles que o constituem, como o material do documento e sua aparência externa. Segundo a autora

alguns elementos extrínsecos que eram utilizados na Diplomática Clássica e Moderna caíram em desuso, não se fazendo mais aplicado sobre o documento contemporâneo.

Ainda na concepção da autora, enquanto alguns elementos caíram no desuso, outros aparecem como as anotações, enfatizados por ela como as partes mais relevantes para o documento contemporâneo, que podem ser apresentadas em três categorias, sendo elas:

- 1) anotações incluídas em um documento após a sua compilação como parte da fase de execução de um procedimento administrativo;
- 2) anotações incluídas em um completo e eficaz documento no curso da execução das etapas subsequentes da operação em que o documento participa; e
- 3) as anotações adicionados a um documento pelos registros e/ou arquivos de serviços que os responsáveis pela sua identificação, como parte de um grupo de documentos (arquivo, série) e para a sua manutenção e recuperação (DURANTI, 1991, p.04).

A primeira remete à anotação como autenticação, podendo ser referida com base em assinaturas, no documento ou cópia dele, ou quando ocorrer a atribuição de um registro por um notário. Estes caracteres/elementos têm como propósito assegurar que são autênticos por quem o elaborou. A segunda anotação é referente às “marcas” feitas no documento de arquivo durante o seu curso, sendo elas colocadas ao lado do texto, podendo ser, pontos de interrogações, setas indicadoras, data ocorrente da leitura, locuções tais como, “Urgente”, “Importante”, e assim por diante. A terceira anotação são as atribuições realizadas pelo arquivo no documento, como, o protocolo, código de localização, ou quando o item documental é o processo, suas páginas são numeradas e rubricadas etc.

Deste modo, Duranti apresenta esses caracteres/elementos como extrínsecos, em suma, de acordo como identificado por ela por meio da análise da forma documental: Meio; Escrita; Linguagem; Sinais especiais; Selos; Anotações: incluída na manipulação de fase ou incluída na fase de gestão; número de registro; (DURANTI, 1991, p.05).

Essa é a categorização realizada por Duranti com o objetivo de evidenciar os caracteres/elementos extrínsecos da forma do documento de arquivo.

Já os elementos intrínsecos da forma documental são componentes de articulação intelectual e os modos existente para a apresentação do documento, sendo eles: *Protocolo e Fórmulas*

*iniciais* têm contexto de ação administrativa, ao fazer indicativo de pessoas envolvidas, apresentando tempo, lugar e assunto. Logo o contexto de ação do *Texto* inclui a apresentação de considerações e o motivo para o qual o documento foi elaborado, advindo de qual é sua função que se reflete em sua atividade, *Escatocolo e Fórmulas finais*, seu contexto de ação esta relacionado à validação e indicação de responsabilidade pelo registro do ato (DURANTI, 1991, p.06).

Sendo assim, de acordo com Duranti (1991, p.07, tradução nossa) os

*“elementos intrínsecos da forma documental que compõe o núcleo do texto de um documento de arquivo, narrando a expressão da vontade do autor e da ação do registro”, ou seja, “o texto é a parte central do documento, onde se encontra a manifestação da vontade do autor, a prova do ato, ou a memória dele”.*

Deste modo, pode se considerar o texto como sendo a parte principal do documento de arquivo, em que nele se encontra a manifestação da vontade do autor, a prova do ato, ou a memória dele. Sendo de um ponto vista administrativo, jurídico ou histórico, o texto se faz como parte de suma importância no documento, pois é nela que se encontra a sua substância, ou seja, a razão para a qual o documento foi elaborado (DURANTI, 1991).

Contudo, para os diplomatas, o texto em um todo não oferece mais material para a crítica do documento, o texto que era até então utilizado na antiguidade de modo amplo, passa a ter os pontos certos para fazer análise crítica.

Com isso, Duranti (1991, p.15) identifica que os caracteres/elementos intrínsecos da forma documental referente ao texto são eles:

PROTOCOLO	<p><i>Timbre:</i>  <i>Título do documento:</i>  <i>Data tópica e cronológica:</i>  <i>Invocação:</i>  <i>Subscrição [cabeçalho]:</i>  <i>Inscrição:</i>  <i>Saudação:</i>  <i>Assunto:</i>  <i>Formula Perpetuais:</i>  <i>Precação:</i></p>
TEXTO:	<p><i>Preâmbulo:</i>  <i>Notificação:</i>  <i>Exposição:</i>  <i>Dispositivo:</i>  <i>Cláusulas finais:</i></p>

*ESCATOCOLO:*      *Corroboração:*  
*[Datas]*  
*[Precação]*  
*[Saudação]*  
*Cláusula complementar:*  
*Atestação:*  
*Qualificação de assinatura:*  
*Notas secretarias:*

Subentende-se, assim, com Duranti (1991) que as combinações entre os caracteres/elementos tanto internos quanto externos que determinam as formas documentais, ou seja, são eles que permitem a identificação do contexto documental.

Desta forma, segundo Duranti (1991), a crítica Diplomática provém da forma do ato iniciado ou referido pelo documento de arquivo, a análise crítica deste, tem como designio compreender o seu contexto jurídico, administrativo e processual para o qual o documento analisado foi elaborado.

Sendo assim, a estrutura da análise Diplomática se dá em um procedimento sistemático, indo do específico para o geral. Isso permite que, quando realizada, possa identificar o contexto do documento em que tais procedimentos estão sendo aplicados. Consequentemente, a crítica Diplomática elaborada por Duranti (1991, p.12) dá os seguintes procedimentos para análise do documento contemporâneo:

*Elementos extrínsecos:* meio/ escrita/ linguagem/ sinais especiais/ selos/ anotações;

*Elementos intrínsecos:* Protocolo (subseções) / texto (subseções) / Escatocolo (subseções);

*Pessoas:* Autor do ato/ autor do documento/ destinatário do ato/ destinatário do documento/ escritor/ pessoa que autentica/ testemunhas;

*Qualificação das assinaturas:* títulos e competências das pessoas envolvidas;

*Tipo do ato:* simples/ contratual/ coletivo/ múltiplo/ continuativo/ complexo ou processual;

*Nome do ato:* venda, autorização, requerimento;

*Relação entre o documento e o procedimento:* especificação da fase do procedimento geral ao qual o documento relaciona-se; e, se o documento resulta de um “ato de procedimento”, a fase do procedimento específico;

*Tipo de documento:* nome (carta, escritura) / natureza (público ou privado) / função (dispositivo, probatório) / estado de transmissão (original, esboço, cópia);

*Descrição Diplomática:* contexto (ano, mês, dia, lugar) / ação (pessoas, ato) / documento (nome da forma, natureza, função, estado, meio quantidade);



*Comentários conclusivos*: qualquer comentário que remete para o documento como um todo e não a um elemento específico de forma documental ou componente de análise Diplomática

Com base na apresentação dos procedimentos esquematizados por Duranti (1991) para a realização da análise Diplomática do documento contemporâneo, Tognoli (2013) ressalta que a análise apresentada por ela se constitui mais abrangente do que aquelas observadas nos manuais modernos de Diplomática. Ainda de acordo com Tognoli (2013, p.124) isso é devido à complexidade estrutural da “forma do documento contemporâneo”, que é um reflexo “da complexidade dos sistemas jurídicos nos quais os documentos são gerados no século XXI”.

De acordo com Duranti (1991, p.12), “o esforço de incluir os elementos reais dos documentos no âmbito da análise Diplomática é um prelúdio necessário para a descoberta e conhecimento”, ou seja, a “Diplomática é uma mentalidade, uma abordagem, uma perspectiva, uma forma sistemática de pensar sobre os documentos de arquivo”.

Após essa apresentação da Diplomática, deixa-se em evidência que este estudo tem seu interesse na Diplomática no que se refere à análise dos caracteres/elementos que ela proporciona identificar por meio de sua sistematização, mais a diante busca fazer a interlocuções desta com as outras metodologias que ainda serão expostas.

Assim sendo, na seção seguinte se apresenta o Percurso Gerativo de Sentido, que dispõem a constituir o conhecimento precedente da estrutura textual, e que será utilizado na estratégia metacognitiva de leitura sobre o documento de arquivo, explanando a compatibilidade entre as metodologias.

### 3.3. Percurso Gerativo de Sentido

O Percurso Gerativo de Sentido surge dos estudos de Greimas (1976), e é constituído por três níveis: *fundamental*, *narrativo* e *discursivo*. Juntos, são distintos em suas formas de análise, contudo, existe uma interdependência entre eles, para que ocorra o pleno entendimento do texto, indo da análise simples à mais complexa.

O Percurso Gerativo de Sentido vincula-se à Semântica Discursiva, sendo que esta, para Greimas, deveria ser “Gerativa, Sintagmática e Geral”. Em relação a esses aspectos Fiorin (1999) pontua que:

É uma teoria gerativa, porque concebe o processo de produção do texto como um percurso gerativo, que vai do mais simples e abstrato ao mais com-

plexo e concreto, num processo de enriquecimento semântico. Isso significa que vê o texto como um conjunto de níveis de invariância crescente, cada um dos qual suscetível de uma representação metalinguística adequada. [...] É uma teoria sintagmática, porque seu escopo é estudar a produção e a interpretação dos textos. Aqui se produz o primeiro deslocamento produzido pela Semiótica. Sua totalidade não é o plano de conteúdo das línguas naturais, mas o texto [...] *É geral, porque se interessa por qualquer tipo de texto, independentemente de sua manifestação* [...] (FIORIN, 1999, p. 2 grifos do autor).

Pode-se dizer que com a Semântica Discursiva de Greimas a noção de Percurso Gerativo de Sentido passa a ter uma perspectiva mais concreta na medida em que pontua elementos de forma sistemática em uma estrutura que possui níveis de invariância crescente.

Designa-se pela expressão Percurso Gerativo a economia geral de uma teoria semiótica (ou apenas linguística), vale dizer, a disposição de seus componentes uns com relação aos outros, e isso na perspectiva da geração, isto é, postulando que, podendo todo objeto semiótico ser definido segundo o modo da sua produção, os componentes que intervêm nesse processo se articulam uns com os outros de acordo com um “percurso” que vai do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 232).

De acordo com Fiorin (2011), no nível profundo está o elemento semântico que dá base para a construção do texto. Tais elementos têm como alicerce uma relação de oposição.

Greimas; Courtés (2008) caracterizam a relação de oposição como o quadrado semiótico. Essa oposição é expressa por duas operações que se relacionam: negação e asserção.

Barros (2005. p.11) demonstra que “a semiótica tem como objeto o texto, ou melhor, procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz”.

Segundo Floch (2001, p. 15), o Percurso Gerativo é uma representação dinâmica da produção do sentido:

[...] é a disposição ordenada das etapas sucessivas pelas quais passa a significação para se enriquecer e, de simples e abstrata, tornar-se complexa e concreta. Compreende-se a escolha do termo “percurso”. Mas por que “gerativo”? Porque todo objeto significativo, para a semiótica, pode – e deve – ser definido segundo seu modo de produção, e não segundo a “história” de sua criação: “gerativo” se opõe assim a genético.

Fiorin (1999) enfatiza que o Percurso Gerativo de Sentido se constitui de três níveis:

O percurso gerativo é constituído de três patamares: as estruturas fundamentais, as estruturas narrativas e as estruturas discursivas. Vale relembra que estamos no domínio do conteúdo. As estruturas discursivas serão manifestadas como texto, quando se unirem a um plano de expressão no nível da manifestação. Cada um dos níveis do percurso tem uma sintaxe e uma semântica (FIORIN 1999, p.17).

O Percurso Gerativo de Sentido vai do mais simples ao de complexidade maior, o fundamental (ou profundo), o narrativo e o discursivo, são níveis composto de uma sintaxe e de uma semântica como apresentado pelo autor.

De acordo com Fiorin (1999, p. 14), a semiótica se atenta para o Percurso Gerativo de Sentido como “[...] um simulacro metodológico, para explicar o processo de entendimento, em que o leitor precisa fazer abstrações, a partir da superfície do texto, para poder entendê-lo”. Deste modo, entende as estruturas profunda ou fundamental (como categorias semânticas), narrativa (como estrutura canônica) e discursiva (com concretização de temas e figuras) (FIORIN, 1999).

No entanto, para a construção dos percursos temático e figurativo, se faz necessária à utilização da *isotopia*, que segundo Greimas e Courtés (2008), “[...] constitui um crivo de leitura que torna homogênea a superfície do texto, uma vez que ela permite elidir ambiguidades”. De acordo com os autores, ao se levantar as isotopias se identificam as continuidades semânticas que tornam o texto num conjunto coerente (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 278).

Na concepção de Moraes e Guimarães (2006, p.07), na etapa das “*estruturas discursivas*, os resultados obtidos nesta fase devem remeter à etapa inicial, ou seja, às *estruturas fundamentais*”, isto é, no percurso lógico da construção do texto coerente.

Deste modo, é possível afirmar que a contribuição de Greimas para o Percurso Gerativo de Sentido baseou-se na Gramática Gerativa, que de acordo com Moraes (2011) é expressa partindo dos elementos mais abstratos aos mais concretos.

Na sequência será apresentado com mais pontualidade o percurso por meio dos níveis narrativo e discursivo que serão objeto de interlocução entre as metodologias até aqui apresentadas.

### 3.3.1. Nível Narrativo

A sintaxe do nível narrativo é ato de contar um fato que apresenta o seu início e o final, Fiorin

(2000, p.21) define a narratividade como sendo a “transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes. Isso significa que ocorre uma narrativa mínima, quando se tem um estado inicial, uma transformação e um estado final”.

Na sintaxe narrativa podem ser encontrados dois tipos de enunciados elementares, o enunciado de estado e o enunciado de fazer, que segundo Fiorin (2000, p.12) são:

a) *enunciados de estado*: são os que estabelecem uma relação de junção (disjunção ou conjunção) entre um sujeito e um objeto (no enunciado “Técnico de informática” é “Contratado”, há uma relação de conjunção, indicada pelo verbo ser, entre um sujeito “Técnico de informática” e um objeto “Contrato de serviço”; em o “Técnico de informática não é contratado”, há uma relação de disjunção, revelada pela negação e pelo verbo ser, entre um sujeito “Técnico de informática” e um objeto “Contrato”);

b) *enunciados de fazer*: são os que mostram as transformações, os que correspondem à passagem de um enunciado de estado a outro (no enunciado “O técnico de Informática foi contratado”, há uma transformação de um estado inicial “não contratado” num estado final “contratado”).

Na narrativa, Fiorin (2000) apresenta que existem duas espécies mínimas que podem ocorrer, sendo caracterizada pela privação e a de liquidação de uma privação. Na privação, o estado conjunto existe e passa a um estado final disjunto, como, por exemplo: homem rico que fica pobre, em um primeiro momento da narrativa o sujeito aparece em conjunção (posse) com a riqueza, no final em disjunção (privação) com ela, observa-se que neste enunciado narrativo há transformação entre os dois estados entre ser rico e ficar pobre. Logo na liquidação da privação há uma inversão entre o estado inicial o disjunto e o final conjunto, como, por exemplo: homem pobre que fica rico, nota-se que, no enunciado narrativo, há transformação entre os dois estados o sujeito esta em disjunção (privação) a riqueza, no final em conjunção (posse) com a riqueza, sendo identifica-se uma transformação entre dois estados ser pobre e ficar rico.

Todavia, segundo Fiorin (2000, p. 22), nas funções dos papéis narrativos, não se deve confundir o termo *sujeito* como sendo pessoas e o termo *objeto* como sendo coisas, pois esses são papéis narrativos “que podem ser representados por um nível mais superficial por coisa, pessoas ou animais”. Por exemplo, em uma narrativa de perseguição aos leões a serem aprisionados, são os leões o “objeto com que o ser que captura deve entrar em conjunção”. No entanto, “quando se diz o tapete voador pousou no terra-

ço da casa”, temos uma transformação cujo estado final tem como sujeito “tapete voador” e como objeto “terraço da casa” (FIORIN, 2000, p. 22-23) ”.

Entretanto, os textos não são compostos somente de narrativa mínima, mas sim por narrativas complexas, que emitem uma série de enunciados de estado (fazer e ser) que são a organização de forma hierárquica, e que têm como composição a sequência canônica, que é caracterizada por meio de etapas esquematizadas do padrão narrativo, e pode ser compreendida em quatro fases: a manipulação, a competência, a performance e a sanção (FIORIN, 2000; TATIT, 2003).

Deste modo, Fiorin (2000, p. 22-23-24) descreve as quatro sequências canônicas na seguinte conformidade:

*Manipulação:* um sujeito age sobre outro para levá-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa, ou seja, há o manipulador e o manipulado. São vários os tipos de manipulação, aqui foram identificados alguns como: tentação, intimidação, sedução e provocação.

*Competência:* o sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa e dotado de um saber e/ou poder fazer.

*Performance:* e a fase em que se da a transformação (mudança de um estado -a- outro) central da narrativa. Libertar a princesa presa pelo dragão e a performance de muitos contos de fada. Encontrar o pote de ouro no fim do arco-íris, ou seja, passar de um estado de disjunção com a riqueza para um estado de conjunção com ela pode ser uma performance. O sujeito que opera a transformação e o que entra em conjunção ou em disjunção com um objeto pode ser distinto ou idêntico.

*Sanção:* Nela ocorre a constatação de que a *performance* se realizou e, por conseguinte, o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. Eventualmente, nessa fase, distribuem-se prêmios e castigos.

A sequência canônica pode ser exemplificada sobre o *Documento de Arquivo*, por meio da interpretação desse, ou ao se fazer a sua representação por meio da Descrição, assim tem se a *Manipulação* no documento de arquivo expressada pelo ato (ideias) para o qual foi elaborado; já a *Competência*, expõe o ato para o qual esse foi elaborado, ou seja, a condição que esse tem de informar a todos aqueles que dele se ocupam; para que assim haja a *Performance* que pode ser identificada por uma transformação que gera outros atos ao documento, podendo ser de conjunção ou disjunção sobre esse; logo a *Sanção* é constatação do que houve na *Performance*, isto é, o momento em que se

expressa a vontade ou julgamento do ato do documento.

Contudo, algumas destas fases podem ser apenas pressupostas ou uma delas obter mais destaque que a outra, demonstrando assim que, a sequência canônica não se faz por uma estrutura pré-definida, que se apresentará da mesma forma em todos os textos (MORAES; GUIMARÃES; GUARIDO, 2007, p. 97).

Deste modo, se conclui o nível narrativo, passando neste momento para o nível discursivo.

### 3.3.2. Nível discursivo

No nível discursivo, as formas abstratas do nível narrativo “são *revestidas* de termos que lhe dão concretude” por meio de temas e figuras. Assim, “tematização e figurativização são dois níveis de concretização do sentido. Todos os textos tematizam o nível narrativo e depois esse nível temático poderá ou não ser figurativizado (FIORIN, 2002. p.64-65) ”.

Ainda para o autor, a figura é o termo que nos remete a algo de um mundo natural: pássaro, lua, brincar, professor, comer, etc. Desta forma, a figura se remete a qualquer língua natural ou algum sistema de representação que se corresponda compreensível no mundo natural. Logo o “tema é um investimento semântico, de natureza puramente conceptual, que não remete ao mundo natural”, ou seja, o tema são categorias que ordenam, organizam e categorizam os elementos do mundo natural, como: elegância, trabalhar, medo, raciocinar, orgulho, etc. (FIORIN, 2000, p.65).

Contudo, quando se fala em figura, não há restringe apenas ao mundo natural em si, esse mundo natural pode também ser construído, como ocorre em textos de ficção, por exemplo, ficção científica, contos de fadas, dentre outros. Como no caso, a título de exemplo, um texto de ficção científica em que surja um ser que de seus olhos é disparado raios, o que seu corpo se regenere, etc. Sendo assim, esse ser é uma figura de um mundo natural só que construído (FIORIN, 2000).

Deste modo, os esquemas figurativos elaboram uma consequência sobre a realidade por meio de um simulacro que busca representar o mundo. Logo os esquemas temáticos procuram explicar essa realidade, por meio da classificação e organização, constituindo uma relação e dependência. Sendo assim, Fiorin (2000, p.65) apresenta que os “discursos figurativos tem uma função descritiva ou representativa, enquanto os temáticos têm uma função predicativa ou interpretativa”.

Desta forma, “quando tomamos um texto figurativo precisamos descobrir o tema subjacente às figuras, pois para que estas tenham sentido precisam ser a concretização de um tema, que, por sua vez, e o revestimento de um esquema narrativo (FIORIN, 2000. p. 65-66)”. Porém, “como encontrar esse tema? Para que, um conjunto de figuras ganhe um sentido, precisa ser a concretização de um tema, que, por sua vez, e o revestimento de enunciados narrativos (FIORIN, 2000, p.70) ”.

Diante do exposto, o discurso nada mais é, que a narrativa “enriquecida” “por todas essas opções do sujeito da enunciação, que marcam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia (BARROS, 2005, p.53) ”.

Sendo assim, segundo Fiorin (2005) o encadramento entre figura e temas, designa ao nome de percurso temático e percurso figurativo, em que, ambos devem manter a coerência interna do texto. Contudo, quando isso não ocorre e há uma quebra na coerência, esses se tornam contraditório, mais “pode[m] também criar determinados efeitos de sentido (FIORIN, 2005, p.73-74) ”.

De acordo com Moraes (2011, p.50) “essa coerência entre as figuras torna-se essencial, de modo que o leitor, ao ter contato com um texto, possa através desse jogo de figuras ou conexões, entender o contexto em que se insere o mesmo, e a partir daí extrair os temas”.

Conseqüentemente, os temas estão nos textos cobertos pelas figuras, “a reiteração dos temas e a recorrência das figuras no discurso denominam-se *isotopia*. A isotopia assegura, graças à ideia de recorrência, a linha sintagmática do discurso e sua coerência semântica (BARROS, 2005, p.71) ”.

Fiorin (2000, p.81) enfatiza que, na análise do discurso, a isotopia é a repetição do mesmo traço semântico no decorrer de um texto. “Para o leitor, a isotopia oferece um plano de leitura, determina um modo de ler o texto”. “A recorrência de traços semânticos estabelece a leitura que deve ser feita do texto. Essa leitura não provém da fantasia do leitor, mas está inscrita no texto (FIORIN, 2000, p. 82) ”.

Barros (2005, p. 71) demonstra dois tipos isotopia, sendo uma delas “a temática decorrente da repetição de unidades semânticas abstratas, em um mesmo percurso temático”, como por exemplo, este estudo, tem uma isotopia temática de *representar*. Tem-se, deste modo, a retomada dos valores como reproduzir ou interpretar, ou seja, o que se representa, onde se representa,

ou na ação de representar, deste modo tem-se a isotopia temática, que nos permite conhecer o assunto que se trata o texto, pois, a isotopia temática costura o texto para o seu entendimento em síntese (BARROS, 2005).

Logo a “isotopia figurativa caracteriza-se pela redundância de traços figurativos, pela associação de figuras aparentadas. A recorrência de figuras atribui ao discurso uma imagem organizada e completa da realidade”, sendo assim as figuras concretizam as temáticas, neste caso, a figura desta pesquisa é documento de arquivo, que está ligado ao tema de representar, essa isotopia permite a imagem organizada e completa da realidade (BARROS, 2005, p.71-72).

Demonstra-se assim que, a isotopia é um procedimento de construção do sentido sobre a dimensão sintagmática, que controla os significados das palavras diante de um contexto.

#### **4. Interlocução entre as metodologias por meio do objeto destas o texto.**

A interlocução que ocorre entre as metodologias: Diplomática Contemporânea, Análise Documental e o Percurso Gerativo de Sentido é o objeto de estudo que as três têm em comum, que é o texto. Estas se relacionam entre si, no momento em que uma complementa a outra, ou até mesmo buscando alguns tópicos em comum no texto analisado.

Todavia, por mais que estas metodologias tenham como objeto de estudo o texto, seus procedimentos de análise são peculiares.

A Diplomática Contemporânea utiliza-se para a análise do texto um roteiro estruturado que auxilia na identificação dos caracteres/elementos no texto do documento de arquivo.

Já a Análise Documental, em sua primeira etapa, a analítica, utiliza-se da leitura na análise do texto contido no documento, essa leitura é comumente denominada de leitura técnica, por que faz uso de estratégias metacognitivas ou de Modelos de Leituras para identificar os caracteres/elementos intrínsecos ao texto analisado. Após a identificação destes caracteres/elementos por meio da leitura, segue-se outra etapa da Análise Documental, a sintética, que categoriza os conceitos e condensa o texto, para a sua representação por meio de uma Linguagem Documentarias (LD).

E por último, o Percurso Gerativo de Sentido apresenta a Estrutura Narrativa que pode ser identificada pelo enunciado (*de estado e de fazer*) sendo esta a narrativa mínima, entretanto, os textos contêm enunciados complexo que

se estruturam por meio da sequência canônica, que são revestidas por meio da estrutura discursiva, constituída por temas e figuras, que são complementos de enriquecimento da narrativa.

Sendo assim, pode ser indicado como interlocução ocorrente entre as metodologias, o objeto de estudos que estas têm comum, ou seja, o texto. Contudo se ressalta que os métodos de análise se diferem entre si.

Deste modo se apresenta as interlocuções entre as metodologias por meio de seu objeto de estudo, que estas têm em comum.

Para tanto, veja-se o Quadro - 01 – Objeto de interlocução entres as metodologias o texto, que se encontra no anexo 1.

Observa-se assim, que Análise Documental auxilia a Diplomática Contemporânea e o Percurso Gerativo de Sentido por meio de suas duas etapas de análise sobre o texto, a primeira etapa a *Analítica* ampara ambas as metodologias, mediante seu método de leitura, que auxilia na identificação dos tópicos que cada uma destas traz consigo para a análise do texto. Sua segunda etapa, a *Sintética*, categoriza os conceitos identificados, realiza a condensação do texto e os apresentam por meio de uma LD.

A interlocução que se estabelece, entre a Diplomática Contemporânea e o Percurso Gerativo de Sentido advém de alguns pontos em comum na análise do texto. A Diplomática Contemporânea tem a sua análise voltada no texto buscando identificar os seguintes tópicos: *Protocolo, Texto e Escatocolo* enquanto que, o Percurso Gerativo de sentido busca identificar no texto: *Nível Narrativo e Discursivo*.

Ressalta assim que a interlocução que sobrevém com as metodologias é o objeto de estudo que as três têm em comum, neste caso o texto, do qual buscam identificar alguns tópicos nele contido. A Análise Documental contribui para com a Diplomática Contemporânea e com o Percurso Gerativo de Sentido pela sua etapa Analítica, advindo de seu método de leitura. Entretanto, pode-se observar tal fato de modo inverso também, em que a Diplomática Contemporânea e o Percurso Gerativo de Sentido fornecem tópicos à Análise Documental que podem ser identificados no texto, podendo ser compreendidos como um Modelo de Leitura.

Pode-se apontar, ainda, tendo como aporte tais metodologias que a Diplomática Contemporânea permite extrair elementos intrínsecos e extrínsecos ao texto do documento de arquivo; contudo, para que ocorra a sua aplicação, essa age em conjunto com a Análise Documental que permite que se faça a leitura do documento de

arquivo de forma dinâmica, desta forma, a Diplomática Contemporânea passa a ser um roteiro de análise utilizado pela Análise Documental como modelo de leitura documental. Logo, o Percurso Gerativo de Sentido proporciona a compreensão do conteúdo textual do documento de arquivo permitindo identificar a espécie documental. Isto posto, observa-se que, tais metodologias sinalizam para a uma melhor Descrição do documento de arquivo por meio de pontos de acesso.

## 5. Considerações Finais

Sendo assim, as hipóteses que aqui se levantaram no início dessa pesquisa, tendo como base tais metodologias: Diplomática Contemporânea, Análise Documental (AD) e o Percurso Gerativo de Sentido, tinha como propósito, apresentar métodos de representação da Descrição do documento de arquivo que fossem além de suas normativas, que poderiam, ou não, vir a servir na elaboração dos Pontos de Acesso:

Deste modo, entende-se que, as metodologias apresentadas têm procedimentos para a elaboração dos Pontos de Acesso, uma vez que, buscam identificar no texto fragmentos relevantes no Documento de Arquivo, nos quais poderão, ou não, servir aos fins de acesso dependendo somente *da política adotada na instituição* para isso.

Contudo, vale ressaltar, há não ocorrência de discussões sobre quais procedimentos metodológicos que possam vir a servir para a elaboração dos Pontos de Acesso, no âmbito da Descrição do documento de arquivo.

Relata-se, assim que, os elementos que já estão preestabelecidos nas normativas de âmbito Internacional, só servem como instrumentos para representação do documento de arquivo, de modo, a não possuir qualquer articulação com os produtos de representação e muito menos possuem base procedimental para elaboração desses.

Sendo assim, observa-se que, as metodologias devem sim, ser levadas em contas na Descrição da informação do documento de arquivo, uma vez que, essas se fazem de forma dinâmica em sua aplicação, diferente das normativas que apresenta de forma engessada os elementos que devem ser analisados.

## Referências

Barros, D. L. P.(2005) *Teoria semiótica do texto*. 5 ed. São Paulo: Ática.

- Bonal Zazo, J. L. (2002). *La descripción archivística normalizada: origen, fundamentos, principios y técnicas*. Gijón: Trea.
- Bureau canadien des archivistes (Org.) (2008). *Règles pour la description des documents d'archives*. Ottawa, rev.
- Chaumier, J. (1974). *Les techniques documentaires*. Presses universitaires de France.
- Cintra, A. M. M. et al (2002). *Para entender as linguagens documentárias*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Polis.
- Conselho internacional de arquivos (2000). *ISAD(G): Norma geral internacional de Descrição arquivística: segunda edição*, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.
- Conselho internacional de arquivos (2004). *ISAAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias*. Trad. Vítor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Dodebei, V. L. D. *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. Niterói: Intertexto, 2002.
- Duranti, L. (1991) Diplomatics: new uses for an old science (Part VI). *Archivaria*, n 33 (Summer), p. 06-24.
- Duranti, L. (1991). Diplomatics: new uses for an old science (Part V). *Archivaria*, n 32 (Summer), p. 06-24.
- Fiorin, J. L. (2000). *Elementos de análise do discurso*. 9. ed. São Paulo: Contexto.
- Fiorin, J. L. (2002). *Introdução à Linguística: objetos teóricos*. Contexto.
- Fiorin, J. L. (1999). *Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva*. DELTA. fev./jul, vol.15, no.1.
- Floch, J. M. (2001). *Documento de Estudo do Centro de Pesquisa Sociosemióticos*. Periódicos I. São Paulo: Centro de Pesquisas Sociosemióticos.
- Frank B. Evans (1974), A Basic Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers, *The American Archivist* 37 (July 1974), pp. 415-433.
- Greimas, A. J.; Courtés, J. (2008). *Dicionário de semiótica*. São Paulo.
- Guimarães, J. A. C. (1994). *Análise documentária em jurisprudência: elementos para uma metodologia de indexação de acordos trabalhistas brasileiros*. 1994. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Guimarães, J. A. C.; Moraes, J. B. E.; Guarido, M. D. M. (2007). Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. *Ibersid: revista de sistemas de información y documentación*, 1, 93-99.
- Guimaraes, J.A.C. (2003) Análise documental no âmbito do tratamento temático da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G.M.; LOPES, I.L. (Org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: The-saurus, p. 100-117.
- Gutiérrez, A. G (1984). *Lingüística documental: Aplicación a la Documentación de la comunicación sociales*.
- International Council on Archives (1988), *Dictionary of Archival Terminology = Dictionnaire de terminologie archivistique* [English and French with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian and Spanish] 2 ed rev. ed. (München, New York, etc., 1988). (ICA Handbooks Series, Volume 7.).
- Lima, V. M. A.; Boccato, V.R.C. (2009). O desempenho terminológico dos descritores em Ciência da Informação do Vocabulário Controlado do SIBi/USP nos processos de indexação manual, automática e semi-automática. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 14, n. 1, p. 131-151.
- Moraes, J. B. E. de; Guimarães, J. A. C. (2006). Análise documental de conteúdo de textos literários: em busca do diálogo entre as concepções de aboutness/meaning e de percurso temático/percurso figurativo. In: ENCUEUNTROS INTERNACIONALES SOBRE SISTEMAS DE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN, 11.
- Pearce-Moses, R., & Baty, L. A. (2005). A glossary of archival and records terminology (p. 25). Chicago, IL: *Society of American Archivists*.
- Pinto Molina, M. (1991). El análisis formal: descripción bibliográfica y catalogación. *Análisis documental: fundamentos y procedimientos*. Madrid: EUEDEMA; 1991p.[92], 125.
- Pinto Molina, M. (1993). *Análisis documental: fundamentos y procedimientos*. 2.ed. rev. aum. Madrid: Eudema.
- Silva, M. dos R.; Fujita, M. S. L (2004). A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *Transinformação, Campinas*, v.16, n.2, p.133-161, maio/ ago.
- Stibbe, H.L.P. (1992). Implementing the Concept of Fonds: Primary Access Point, Multilevel Description and Authority Control. *Archivaria*, n 34 p.109-137, 1992.
- Tatit, L. (2003). Abordagem do texto. *Introdução à lingüística*, 5, 187-207.
- Tognoli, N. B. (2013). *A construção teórica da diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos*. 2013. 160 f. Tese (Doutorado em ciência da informação) - Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciência - UNESP Campus de Marília.

## Anexo 1

OBJETO DE INTERLOCUÇÃO O TEXTO.					
<i>Análise Documental</i>		<i>Diplomática Contemporânea</i>		<i>Percurso Gerativo de Sentido</i>	
<i>Fase Analítica</i>	Leitura Técnica Documental; Identificação dos Conceitos;	<i>Protocolo</i>	Timbre; Título do documento; Data tópica e Cronológica; Subscrição; [cabeçalho]; Inscrição; Saudação; Assunto; Formula Perpetuitais; Precação;	<i>Nível Narrativo</i>	Manipulação; Competência; Performance
<i>Fase Sintética</i>	Seleção dos Conceitos: Condensação Documental; Tradução dos Conceitos;	<i>Texto</i>	Preâmbulo; Notificação; Exposição; Dispositivo; Cláusulas finais;	<i>Nível Discursivo</i>	Sanção.  Temas; Figuras;
		<i>Escatocolo</i>	<i>Corroboração</i> : [Datas] [Precação][Saudação] Cláusula; complementar; Atestação; Qualificação de assinatura; Notas secretariais;		